

Cartografias: experiências artísticas e construção do território

ÂNGELA LUZIA

angelaluzia4@gmail.com

Resumo

O património como conceito operativo para a construção identitária e a Cidade como construção multidimensional e contexto interativo de aprendizagem, desafiam as políticas culturais, de desenho e regeneração urbana a desenvolverem processos inclusivos de mediação cultural, que propiciem a transformação e inovação, promovendo chaves de leitura do território e espaço público. A relação da memória com práticas artísticas tem vindo a afirmar-se em experiências de educação patrimonial, resgate de memórias e políticas de arte-pública, como meios e processos possibilitadores de cidadania, na construção de uma cartografia feita das experiências pessoais e coletivas, de consciência dos lugares que se habitam, de saberes e de códigos partilhados.

Palavras-chave:

Arte; espaço público; memória; património; educação.

Introdução

É já um lugar-comum reconhecer que as cidades constituem realidades em construção e adaptação permanente, resultado e origem de dinâmicas sucessivas com diferentes atores e protagonistas em contextos históricos específicos. Construções e símbolos do seu passado interagem com a adaptação a novas necessidades, num processo contínuo de apropriação, experimentação e avaliação pelos seus habitantes, transformando, destruindo e criando novos espaços, novas funcionalidades e novos referenciais.

Considerando a heterogeneidade de expectativas, desejos e intervenientes na construção da *Cidade*, o desafio de explicitar uma ideia que mobilize os diferentes significados de que o conceito se reveste para a pluralidade dos seus habitantes é transversal às diferentes políticas e equipamentos públicos especializados. A construção de uma matriz identitária, que permita a afirmação de uma cidade por relação a outras, e ao mesmo tempo constitua um fator de diferenciação e de competitividade territorial, tornou central o que entendemos como património material e imaterial na formação das identidades individuais e coletivas, como elemento agregador e tendencialmente consensual, embora também manipulável em caso de conflitos ou crises,

servindo de pretexto a erupções regionalistas.

O conceito de património ampliou-se (língua, território, paisagens, saberes, crenças e tradições), e a mobilização da memória tem vindo a ganhar centralidade nos processos de construção e afirmação identitária. Recordar, incorporar num objeto, num território, memórias que contam uma história e o tornam em simultâneo único e nessa medida significativo para um grupo que nele se reconhece, torna-se uma ferramenta de mobilização intergeracional, particularmente dos sujeitos a quem normalmente não é reconhecido o estatuto de cidadãos de pleno direito: as crianças (os cidadãos de amanhã), os velhos (reformados/improdutivos/ os de ontem), comunidades em processos de exclusão, imigrantes, minorias, etc.

O que entendemos como património lato senso (o que reconhecemos como nosso, singular e relevante e como tal significativo para pensar o futuro) constitui um contexto privilegiado de formação e interação com públicos variados, com uma dimensão instrumental em dinâmicas de intervenção social e educativa que valorizam a importância da educação não formal, recriando conhecimentos, numa harmonia entre as dimensões do viver/aprender/trabalhar.

Neste sentido, a educação, a arte e a cultura, constituem processos

integrados e abrangentes para o desenvolvimento nas múltiplas dimensões da formação, não numa lógica disjuntiva, de fragmentação dos diferentes saberes privilegiando apenas os que são considerados “socialmente úteis”, mas através da mobilização de diferentes linguagens, sendo no entanto necessário o contacto e aprendizagem da especificidade dos seus códigos. A questão central é levar os sujeitos a interpretar a realidade de um modo global, mobilizando a experiência da vida na cidade, relacionando as dimensões culturais, naturais e artísticas, mobilizando os seus espaços culturais como meio e processo de redescobrir a comunidade, de desenvolvimento de um sentimento de pertença e de uma valorização do território, da sua história e de um património comum.

Em Almada, a heterogeneidade cultural é intrínseca à própria génese e percurso socio histórico da sociedade urbana, marcada pela diversidade de origens da sua população, pela ligação ao rio, por um passado industrial e operário e uma forte tradição associativa que persiste, apesar da profunda e acelerada transformação do território e das dinâmicas socioeconómicas das últimas décadas.

Desde meados do século XIX, a dinâmica associativa propiciou o acesso, fruição, mas também a formação e criação artística e cultu-

ral, no âmbito da música e do teatro. Não é casual a coexistência de quatro bandas filarmónicas centenárias e respetivas escolas, de dois conservatórios de música, de uma escola de dança com ensino integrado, do Festival Internacional de Teatro, da Mostra de Teatro de Almada ou do Festival Inter-escolas de Teatro, a par de uma rede municipal de leitura pública, espaços expositivos, salas de espetáculo e auditórios, museus municipais e um Centro de Arte Contemporânea.

Por outro lado, o projeto político de governação local construiu em democracia uma visão integrada de desenvolvimento, onde a cultura, a preservação da memória e a valorização do património integram as linhas estratégicas municipais como base para a mobilização e exercício da cidadania, fator de coesão social, ferramenta e recurso educativo para a criatividade, perspetivação do futuro e afirmação da singularidade do município.

As duas experiências que aqui evocamos residem em projetos de redescoberta do património da cidade através da mobilização da memória e da experiência artística em contexto de museu, de intervenção e regeneração no espaço urbano através da arte pública, não apenas com a intenção de conhecimento e difusão da história e do

património, mas também como processos inclusivos e plurais da mediação cultural, de patrimonialização e, nesse sentido, contributos para a construção de um curriculum educativo de cidade, na medida em que promovem chaves de leitura do território e espaço público.

DiaLugares: a cidade como viagem

O primeiro, chamou-se *DiaLugares*, e tratou-se de um projeto desenvolvido em 2005-07, sob responsabilidade científica, coordenação pedagógica e de programação pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, financiado pelo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, subprograma Almada Cidade Digital.

Partindo das múltiplas dimensões que o conceito de cidade encerra, encarando-a como um espaço de aprendizagem, rede de “saberes e de códigos numa visão plural e multifacetada do mundo”, desafiava-se a descobrir Almada como um livro, percorrendo os vários lugares, “vendo o que está perto, desafiando cada um a ver mais longe”, mobilizando o “*universo preceptivo, imagético-conceptual*, como forma de suscitar novos planos de experiências pessoais e coletivas, de consciência do espaço que se habita e se vê e das potenciais transformações que um *sábio exercício pedagógico* pode desenvolver”.

Assumindo-se como uma estratégia metodológica na área da educação, teve como linhas de orientação a abordagem do património da cidade a partir da integração e abrangência da **educação, arte e cultura**. Organizou diferentes modalidades formativas, com base na aprendizagem colaborativa e na mediação pedagógica, estabelecendo relações entre a mobilidade física e digital, com vista à produção de conteúdos pelos participantes, sujeitos da ação, para disponibilização *online*, implicando diferentes saberes, práticas diferenciadas e públicos distintos.

Nas várias modalidades abrangeu grupos de jardim-de-infância e 1º ciclo, famílias (crianças/jovens acompanhados), adultos de várias idades, não estando a idade pré-definida, decorrendo a aprendizagem pela mediação educativa de professores, pais ou grupo de pares. As sessões decorreram regularmente no Museu da Cidade, Núcleo Medieval, nas escolas, jardins-de-infância e na cidade percorrida, numa rede de parcerias para a construção de um projeto educativo partilhado com os vários atores locais selecionados, professores dos diferentes níveis de ensino, técnicos de museus, ativistas associativos no âmbito do património local, entre outros.

A ação organizou-se a partir de cada espaço/objeto, em função do

qual se inventariaram algumas temáticas e conceitos, abordados com os diferentes públicos de acordo com três eixos de orientação:

- Contemplação/fruição, remetendo para um diálogo em função das empatias, intuições e vivências dos sujeitos participantes;
- Experimentação/criação, com a aprendizagem de códigos específicos de diferentes áreas⁶ e utilização de diferentes meios expressivos para representar ideias, temas e conceitos;
- Reflexão/interpretação, desenvolvendo a integração de múltiplos e novos saberes no domínio das artes plásticas, expressão corporal, literatura, dança, ciências da natureza ou matemática entre outros, numa perspetiva crítica de interpretação do mundo, desafiando a *“necessidade de uma visão da ciência com imaginação e uma visão da arte com conhecimento.”*

Para além das diferentes sessões com cada tipologia de público, o projeto integrou diferentes momentos de interação entre grupos participantes e temáticas em desenvolvimento, resultando na criação coletiva de uma ferramenta digital de conhecimento, difusão e exploração do património da cidade de Almada, alojada no Portal Digital da Cidade e com ligações aos *sites* municipais.

A evolução tecnológica e alterações sucessivas de alojamento virtual

e conectividade tornam hoje difícil o acesso ao produto final, mas o processo partilhado de aprendizagem e criação deixou um lastro nos participantes, constituindo uma referência para todos os envolvidos e quando se enunciam as possibilidades de trabalho no âmbito dos referenciais para o património pelos Centros UNESCO ou a centralidade da Cidadania pelos atuais responsáveis políticos pela Educação.

Arte pública: património cultural e artístico do concelho de Almada

A “Arte Pública” trata-se de um conceito relativamente recente para integrar aquilo que, de algum modo, pode ser designado como uma nova “tipologia” do património artístico e cultural das cidades. Trata-se de uma tipologia essencialmente urbana que, não estando muitas vezes investida de um valor temporal significativo, tem uma carga simbólica e identitária relevante, constituindo um conjunto de referências memoriais, intervindo no espaço público, na estruturação do seu campo visual e na modelação da paisagem urbana.

Por outro lado, o objeto artístico tem também a capacidade de acolher, exprimir e significar memórias, valores do passado, do presente ou mesmo aspirações de futuro, gerando em seu torno novas dinâmicas culturais. Nesse sentido, o conjunto desses objetos constitui um

bem e um valor patrimonial, como uma coleção, já que veicula valores estéticos, éticos, culturais, sociais e económicos.

O seu impacto e visibilidade pública na interação com o espaço urbano e construção identitária, a sua diversidade, o facto de ser, em Almada, ma realidade relativamente recente, assente em princípios e intencionalidades relativamente estáveis e coerentes, tornam a Arte Pública um exemplo particularmente interessante para se equacionar os contextos e as questões da produção, gestão e difusão associadas ao património artístico e cultural.

Falamos de um universo de cerca de centena e meia de obras colocadas no espaço público e/ou de acesso livre, embora privado ou condicionado, das quais a gestão e difusão são na sua maior parte exclusivamente de responsabilidade pública do município e as restantes de responsabilidade privada ou de outras entidades públicas.

Integra tipologias, dimensões e materiais muito diversificados, desde o Monumento ao Cristo-Rei, Pórtico da Lisnave, bustos, painéis cerâmicos, do pequeno registo até cerca de 185m², escultura e objetos mistos. Destes, três obras remontam ao século XVIII, sere datam entre as décadas de 30 e 70 do século passado e as restantes dos anos oitenta do século XX até ao presente. Em 2005, uma exposição pro-

movida pela Casa da Cerca-Centro de Arte Contemporânea em torno da Arte Pública do Concelho torna evidente a necessidade de um trabalho de pesquisa mais profundo em torno das obras e dos seus artistas, iniciando-se então o Inventário de Arte Pública do Concelho de Almada, bem como os fundamentos para uma política de produção, gestão e difusão coordenada tecnicamente pela Casa da Cerca.

Torna-se claro que em Almada a arte pública foi pelo poder local como um instrumento de apoio à produção de dinâmicas culturais, como forma de preservação da memória da história contemporânea e também como afirmação pública de um projeto político de governação e desenvolvimento local.

Neste âmbito decorreram duas experiências significativas pelo seu pioneirismo, em Almada, de conceção e produção de arte pública através de processos participativos e não por encomenda direta, subscrição pública ou concurso público como é hábito: Monumento à Multiculturalidade (2011-2013) e, na sua continuidade, o projeto do Planisfério da Interculturalidade, (2013-2015).

Com o mote *Arte Pública e Participação Cidadã*, o Monumento à Multiculturalidade ensaiou um projeto transdisciplinar de arte pública, numa parceria entre a Faculdade de Belas Artes da Universidade

de Lisboa, o CIEBA — Secção Francisco de Holanda e a Câmara Municipal, procurando-se a qualificação do espaço urbano através da arte, no âmbito da criação de um novo Centro Cívico na Caparica, com novos equipamentos de biblioteca e piscinas municipais, a qualificação da sede da mais antiga coletividade local e criação de uma zona verde o Parque do Fróis. Com esta iniciativa procurava-se potenciar a afirmação pública da identidade coletiva desta zona urbana, de elevada densidade, grande diversidade étnica, estigmatizada como zona de realojamento social desde final da década de 70 do século XX, limitada por uma orografia acidentada, a norte pelo Tejo, a leste pela autoestrada e a sul por infraestruturas ferroviárias e vias rápidas. A metodologia de trabalho recorreu a diferentes tipologias de oficinas de participação cidadã, mediadas por uma equipa interdisciplinar, envolvendo grupos inseridos na comunidade educativa, associativa e residentes locais, orientadas para a formação cívica, artística e comunicativa. A exploração e exposição pública de ideias sobre o espaço comunitário em torno do plano de regeneração urbana de Almada Poente procura identificar problemas resolúveis, com o objetivo de melhorar a envolvente construída pela revalorização da imagem do território através da (re)descoberta da sua memória. Do

trabalho coletivo emergem como conceitos operativos o cruzamento entre património material, memória e diversidade sociocultural, a juventude e a sua presença/ação no espaço público, a diversidade social (etária, étnica e migrante) da comunidade, a insegurança e as suas representações sociais e a ausência de lugares de partilha/vivência coletiva.

Esta metodologia de desenho participativo acabou por gerar três elementos escultóricos, não consensuais mas amplamente discutidos e que constituem o monumento.

No mesmo local e por necessidade reconhecida de ampliação e aprofundamento da reflexão coletiva iniciada em torno da apropriação do espaço e de valorização simbólica da identidade comunitária, ocorreu o segundo projeto do Planisfério da Interculturalidade, concebido e desenvolvido pelo Serviço Educativo da Casa da Cerca-Centro de Arte Contemporânea, apoiado também pela Faculdade de Belas Artes da UL, pela Junta de Freguesia, com a participação de oito escolas, do pré-escolar ao 12º ano, dos três Agrupamentos de Escolas do Monte de Caparica, Miradouro de Alfazina e a da Caparica. O objetivo final foi a criação de um painel cerâmico constituído por azulejos de 15/15, num total de 2187. Cada um representa o seu autor

através da inscrição por pressão de um objeto como autorrepresentação gravado em barro, mas também, através de um plano de cor uma leitura de síntese onde se percebe o planisfério terrestre como metáfora da intervenção. O trabalho envolveu cerca de 100 sessões em sala de aula, acrescidas de mais 46 sessões, cerca de uma centena de voluntários, com objetivos definidos quer para os alunos participantes quer para os voluntários.

Em ambas as situações permitiram-se novas abordagens de aprendizagem, desenvolvendo-se práticas artísticas na escola e na comunidade, promovendo-se a intergeracionalidade, refletindo-se e desenvolvendo processos de apropriação do espaço público e de construção de narrativas identitárias, plurais, em torno de valores comuns. Em ambas as situações, técnicos, artistas, professores, participantes confrontaram saberes e expectativas, em processos de construção partilhada de novas aprendizagens.

Reflexões finais / Conclusões

Em qualquer das experiências partilhadas, arte, educação e memória articularam-se em processos e dinâmicas educativas informais, em espaços de relação em que se construiu a relevância e pertinência do património, em que os diferentes participantes atuaram à vez como

sujeitos produtores de conhecimento, interagindo em diferentes momentos, com saberes e competências distintos, numa gestão de expectativas, desafios e tensões, nem sempre convergentes.

Estes processos, ao conseguirem sustentabilidade em lógicas de fragmentação de saberes, implicando a experimentação para que todos (crianças, jovens e adultos) se envolvam em processos de participação como criadores de inovação a partir do património herdado, condição para a sua sustentabilidade enquanto tal. Isso significa também a necessidade de equipas multidisciplinares que, a par dos técnicos e cientistas integrem também artistas e criadores, de forma a que se mobilizem não apenas as técnicas e os códigos expressivos mas o próprio processo de criação artística.

Tal como o património as dinâmicas culturais e artísticas integram o *marketing* cidadão, são avaliados pelo seu valor económico ao mesmo tempo que se lhes reconhece a mais-valia como dinâmicas agregadoras e geradoras de renovação e regeneração urbana e de inclusão social.

Qualquer processo de patrimonialização, seja no espaço público (com usos, funcionalidades e valores públicos, comuns), em contextos museológicos, ou envolvendo processos instituídos de classifica-

ção como património material e/ou imaterial pressupõe a ativação da cidadania e a participação cívica em torno da sua sustentabilidade, equacionando-se os contextos de produção, gestão e difusão, o que dificulta ou desaconselha a generalização de práticas e a mera replicação de bons exemplos.

No domínio das políticas públicas, sejam elas locais ou nacionais, quem decide o que é património, arte pública, o que se faz e como se faz? Corre-se o risco de musealização do espaço público? E como é que isso contribui para o desenvolvimento e para a inclusão? Deve a arte pública constituir um recurso sistemático de requalificação urbana? As práticas artísticas devem privilegiar a sua dimensão educativa e social face à dimensão de criação de objetos/situações com valor estético?

No plano da gestão é necessário garantir a pertinência dos bens, os recursos técnicos e financiamentos necessários à sua preservação, avaliando de forma prospetiva as condições necessárias para tal.

No plano da Difusão é necessário estimular a participação cívica com informação, condições de acessibilidade, implicar os pressupostos equacionados na produção de valores patrimoniais e/ou artísticos: o quê, onde, para quê. Reconhecer que existem públicos dife-

renciados que necessitam de formas diferenciadas de comunicação.

Referências Bibliográficas

- AAVV (2016). *Cidades Participadas Cidades Adaptadas(Áveis): Caderno de resumos VI Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras*, Almada: Câmara Municipal de Almada
- AAVV (2009). *Le Patrimoine et au delà*. Strasbourg: Editions Conseil de l'Europe
- Alves, J. F. (2015). "Monumento da Multiculturalidade uma experiência participada" in *Convocarte – Revista de Ciências da Arte*, No1, 2015, pp107-120
- Ribeiro, A. I. (coord) (2004). *Arte Pública no Concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada / Casa da Cerca Centro de Arte Contemporânea
- Vicente, S. (2016). *A escultura como expressão pública da cidadania: a monumentalização da cidade de Almada entre 1974 e 2013*, Faculdade de Belas Artes-UL [repositório de teses de doutoramento <http://hdl.handle.net/10451/24023>]
- Vlachou, M. (2013). *Musing on Culture: Management, Communications and Our Relationship with People*. Lisboa: Bypass Editions
- Worts, D. (2011). "Culture and Museums in the Winds of Change: The Need for Cultural Indicators" in *Culture and Local Governance / Culture et Gouvernance locale*, vol. 3, no. 1-2, 2011. Centre on Governance, University of Ottawa, Ottawa [<http://dx.doi.org/10.18192/cjg-cgl.v3i1.190>]